

Ações. Saldinha de banco, assalto a shopping, explosão de caixa eletrônico e homicídio são principais focos

MG terá comitê contra violência

Grupo reúne Secretaria de Defesa Social, Ministério Público e polícias

■ RAFAEL RAMOS

Em uma tentativa de frear a criminalidade que avança em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) anunciou ontem a criação do Comitê Interinstitucional de Monitoramento de Repressão a Crimes Violentos, após a assinatura de uma resolução conjunta. Apesar de ainda não apresentar ações práticas, o objetivo do grupo é a elaboração de estratégias de combate aos crimes violentos específicas para cada uma das 18 Regiões Integradas de Segurança Pública (Risp) de Minas Gerais, com base na análise das estatísticas sobre crimes.

Na próxima quinta-feira, a Seds irá anunciar um pacote de medidas nas áreas de segurança de prevenção e repressão qualificada, além de ações para o sistema prisional. O comitê, que já tem uma reunião prevista para esta semana, na sede da Seds, será formado por um representante do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), pelo chefe de Polícia Civil Militar e Civil e pelo coman-

dante geral da Polícia Militar, além do próprio secretário de Defesa Social Rômulo Ferraz. A intenção é de que reuniões ocorram duas vezes por mês.

Os encontros com os chefes das polícias Militar e Civil das 18 Risps estão previstos para começar à partir do próximo mês. Segundo o secretário, o foco das ações será no combate aos homicídios e também às novas modalidades criminosas, como saldinha de banco, assaltos a shoppings e explosões a caixas eletrônicos, recorrentes em todo o Estado. Somente de janeiro a março deste ano foram registrados 959 homicídios em Minas, uma média de 10,5 por dia, conforme o último balanço divulgado pela Seds. Em março, a secretaria já havia divulgado que Belo Horizonte registrou, em 2011, uma média de 30,65 homicídios para cada 100 mil habitantes, um número três vezes maior do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de 10 a cada 100 mil pessoas.

"Vamos procurar aperfeiçoar a atuação das polícias nesse combate, com mais inteligência e articulação", disse Ferraz. O secretário informou que as chefias de polícia das 18 Risps terão que apresentar estratégias contra o crime e os resultados das ações. "Há regiões que em que a criminalidade vem crescendo. Tem que ser feito um diagnóstico, sentir com os comandos e cobrar soluções de melhorias dos índices", afirmou.

Atuação. Sem apresentar dados, o secretário de Defesa Social informou que foram realizadas duas reuniões com as chefias de polícias da 1ª, 2ª, e 3ª Risps — responsável por metade da criminalidade violenta em Minas



Rômulo Ferraz (no fundo, à dir.) defendeu mais inteligência na atuação das polícias

Números

14.300

casos de estorção foram registrados no Estado no primeiro trimestre deste ano

73

casos de saldinha de banco foram registrados no primeiro trimestre deste ano, em Minas

Generais —, e que as estratégias adotadas já teriam reduzido em 17% dos índices de homicídios na região. De acordo com Ferraz, as estatísticas de criminalidade de cada mês serão divulgadas sempre no último dia do mês seguinte.

Para o chefe de gabinete da Polícia Civil, Jesus Trindade, com o comitê, haverá um reforço nas ações contra a criminalidade. "A prioridade é o combate ao crime violento, com estratégias. É preciso recuperar a força das polícias", defendeu.

Crítica Especialistas defendem ação efetiva e imediata

A criação do Comitê Interinstitucional de Monitoramento de Repressão aos Crimes Violentos é vista com desconfiança por especialistas em segurança pública ouvidos pela reportagem de O TEMPO. Para eles, mais que se reunir quinzenalmente e traçar ações contra a criminalidade, é preciso que o grupo tenha força para conseguir fazer com que as medidas sejam efetivamente executadas, principalmente, diante das divergências entre as polícias Militar e Civil.

"Já se sabe onde estão os problemas. Agora, ações a curto, médio e longo prazo têm que ser colocadas em prática para reverter o quadro da criminalidade", afir-

mou o membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Itobson Sávio.

Segundo ele, desde o fim da década de 1990, Minas já possui o Conselho Estadual de Defesa Social, com representantes das polícias Militar e Civil, da Secretaria de Estado de Defesa Social e da sociedade civil. "Mas o órgão não teve força para agir na integração das polícias e dar transparência aos dados", avalia.

Júlio Flávio Sapori, coordenador do Centro de Pesquisa em Segurança Pública da PUC Minas, defende que as ações sejam imediatas. "Se (o comitê) ficar só em reuniões, nada muda. Tem que funcionar como força-tarefa", disse. (RR)

O que dizem as autoridades:

"Não é que a polícia vai mudar a forma de agir, mas ela vai se articular mais. É preciso aperfeiçoar essa sistemática."

Rômulo Ferraz
SECRETÁRIO DE
DEFESA SOCIAL

"O comitê de monitoramento de repressão a crimes violentos precisa ter autonomia para fazer com que suas determinações sejam cumpridas. Se não, ele se torna um conselho rainha, que não tem força."

Robson Sávio
MEMBRO DO FÓRUM
BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Debate

Assembleia. Uma audiência pública da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa mineira vai discutir hoje a necessidade da criação de estratégias para combater a explosão de caixas eletrônicos em Minas.